



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade Arquivologia

Caderno de Prova, Cargo 03, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 Os princípios éticos são normas de comportamento social, e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias. Como normas de comportamento humano, os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras

5 do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas. Ao contrário do que sustentaram grandes pensadores, como Hobbes, Leibniz e Espinosa, a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico (ordine geometrico demonstrata). As normas éticas tampouco

10 podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação, como se se tratasse de leis zoológicas. Durante boa parte do século XIX, alguns pensadores, impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção

15 de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza, sucumbiram à tentação de explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas.

Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando

20 constantemente as previsões “científicas”. Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação. Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder de-

25 envolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica. Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana. Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.

(Adaptado de COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 494-5)

OBS.: Hobbes (1588-1679), Leibniz (1646-1717), Espinosa (1632- 1677) – filósofos

ordine geometrico demonstrata – em tradução livre, “demonstrado segundo a ordem geométrica”

1. No primeiro parágrafo, o autor
 - (A) atribui à filosofia a responsabilidade pelo fato de a ética ser entendida sob perspectivas díspares, entre elas, a da geometria.
 - (B) faz um inventário de como a ética foi concebida no século XIX, para, ao fim, referendar o ponto de vista oferecido pelo determinismo.
 - (C) argumenta em defesa da imutabilidade das normas éticas, por considerá-las produtoras de sistema mais coeso e coerente que muitos outros, o matemático, por exemplo.
 - (D) tematiza a variabilidade da compreensão da ética em certos filósofos, e alude a sua própria idéia sobre o assunto, erigida em consonância com as convergências entre ele e esses pensadores.
 - (E) apresenta sua compreensão da ética e, para mais bem caracterizá-la, vale-se prioritamente de argumentos embasados no contraste.
-
2. No contexto, a frase do primeiro parágrafo que expressa uma causa é:
 - (A) (linhas 13 a 16) *impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza.*
 - (B) (linhas 3 a 6) *os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas.*
 - (C) (linhas 7 a 9) *a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico* (ordine geometrico demonstrata).
 - (D) (linhas 9 a 11) *As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação.*
 - (E) (linha 2 e 3) *e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias.*
-
3. É correto afirmar:
 - (A) (linha 12) *século XIX*, de acordo com a norma padrão, deve ser escrito por extenso por meio do numeral cardinal “dezenove”, assim como deve ocorrer com “século VIII”.
 - (B) (linha 12) em *Durante boa parte do século XIX*, o adjetivo exprime juízo de valor atribuído aos anos em que ocorreram os fatos mais significativos para a história do pensamento.
 - (C) (linha 9) o uso de *tampouco* denota que a seqüência estabelecida na argumentação institui uma hierarquia, na qual os enunciados científicos são considerados os mais desprestigiados.
 - (D) (linha 6) o segmento *Ao contrário do que* pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original e da correção, por “Contrariamente ao que”.
 - (E) (linhas 4 e 5) a correlação notada na segunda frase do texto é estabelecida por meio das expressões *não só e mas também*, e exprime idéia de alternância.

<p>4. <i>Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”.</i></p> <p>Considerada a frase acima, em seu contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A conjunção <i>Ora</i> estabelece com a frase anterior relação de mera adição, equivalendo a “além disso”</p> <p>(B) A locução verbal <i>queira eliminar</i> expressa um fato considerado em sua efetiva realização.</p> <p>(C) A forma verbal <i>desafiando</i> expressa noção de “tempo”.</p> <p>(D) A expressão <i>por mais que se queira</i> pode ser substituída por “ainda que se deseje e se insista em”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical.</p> <p>(E) A expressão <i>previsão “científica”</i> é formada por palavras que se excluem mutuamente, o que justifica o emprego das aspas para indicar que deve ser entendida em sentido figurado.</p>	<p>7. <i>Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana.</i></p> <p>A frase acima, em seu contexto, abona a seguinte assertiva:</p> <p>(A) <i>Vencer</i> constitui emprego do infinitivo como substantivo, emprego também exemplificado por “Recordar é viver”, que equivale a “A recordação é vida”.</p> <p>(B) o pronome <i>tais</i> introduz idéia de indeterminação, para que se compreenda que o citado desafio está relacionado a qualquer que seja a limitação imposta à espécie humana.</p> <p>(C) a palavra <i>limites</i>, cognata de <i>limitações</i> (linha 25), foi empregada sem a noção de “cerceamento” notada no uso desta última.</p> <p>(D) o emprego de <i>tem sido</i> constitui um deslize do autor, pois, de acordo com a norma padrão, a forma correta a ser empregada é “têm sido”.</p> <p>(E) o sinal indicativo da crase está usado em conformidade com a norma padrão, assim como o está em “lançado à qualquer que seja o ser humano”.</p>
<p>5. <i>Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação.</i></p> <p>Afirma-se com correção, considerada a frase acima, em seu contexto:</p> <p>(A) O emprego de <i>Somos</i> produz generalização, mas relativa, pois o argumento produzido não chega a abarcar a totalidade da condição humana.</p> <p>(B) No segmento <i>Somos o único ser que combina</i>, uma vírgula colocada depois de <i>ser</i> manteria o sentido original e a correção da frase.</p> <p>(C) A frase, estruturada em torno dos verbos <i>Somos e combina</i>, expressa o descolamento do ser em relação à coercitividade do universo natural.</p> <p>(D) Explica-se cabalmente o paralelismo estabelecido na frase deste modo: <i>a necessidade física e biológica</i> está para <i>os deveres éticos</i>, assim como <i>a sujeição</i> está para <i>a ação</i>.</p> <p>(E) O fragmento <i>Somos o único ser que combina</i> pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “Somos um ser que combina, por excelência”.</p>	<p>8. <i>Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.</i></p> <p>A alternativa que apresenta, de maneira clara e correta, o modo como a frase acima deve ser entendida, no seu contexto, é:</p> <p>(A) Entretanto isso não condiz, visto que não devemos considerar esses itens disciplinadores da vida social em seus princípios constitutivos.</p> <p>(B) Tratam-se, todavia, de fatores que, apesar de serem considerados limitando, não devem ser tidos como inibidores do desenvolvimento social, em princípio.</p> <p>(C) Contudo, isso não justifica que tais elementos que influenciam a vida social sejam concebidos como predeterminantes dos rumos que ela venha a tomar.</p> <p>(D) Mas é o caso de se deixar de lado que os fatores sejam condicionantes da sociedade, pelo fato de constituir princípios de direção.</p> <p>(E) Porém, esses fatores não basta para que se deva tomá-los como idéias norteadoras da vida em sociedade, sendo mesmo fatores que condicionam.</p>
<p>6. <i>Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica.</i></p> <p>Observada a frase acima, e sempre considerando o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>Como é passível de comprovação</i>, a conjunção introduz um dos termos de uma relação comparativa.</p> <p>(B) O adjetivo <i>passível</i> está empregado em respeito à norma padrão da Língua Portuguesa, assim como o está em “Eram depoimentos realmente passível de contestação”.</p> <p>(C) A expressão <i>em toda sociedade</i> pode ser substituída por “na sociedade como um todo”.</p> <p>(D) O emprego de <i>determinados</i> contribui para a expressão da idéia de que o homem, por meio de sua ação, pode relativizar exclusivamente as forças exteriores que o cerceiam.</p> <p>(E) Em <i>como o patrimônio genético</i>, o termo destacado equivale a “a exemplo de”.</p>	<p>9. A expressão do texto que está corretamente entendida é:</p> <p>(A) <i>premissas doutrinárias</i> – verdades conclusivas de um conjunto de conhecimentos ou crenças.</p> <p>(B) <i>sucumbiram à tentação de explicar</i> – renderam-se às evidências de que era errôneo explicar.</p> <p>(C) <i>explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas</i> – justificar o nascimento da espécie tomando como paradigma o fatalismo.</p> <p>(D) <i>passível de comprovação</i> – suscetível de ter sua validade atestada.</p> <p>(E) <i>tem sido um desafio constante lançado à espécie humana</i> – surge intermitentemente como chamado à ação humana como espécie.</p>

10. Considere as assertivas abaixo.

- I. O autor entende a Ética como o campo de conhecimento metafísico que, baseado nas finalidades últimas, ideais e transcendentais da ação humana, busca estabelecer as leis que garantam a perfectibilidade da organização social.
- II. O autor entende que o homem é dotado de capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio com os múltiplos condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais que impõem predisposições ao seu agir.
- III. A referência a Hobbes, Leibniz e Espinosa e a citação de uma expressão em latim são elementos do discurso que revelam a seguinte intencionalidade do autor: realizar recorte excludente no potencial grupo de leitores, baseado na especialidade profissional.

O texto abona SOMENTE

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Instruções: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 *Nos séculos XVIII e XIX e no começo do século XX, os extraordinários acontecimentos que anunciavam a promessa de uma nova sociedade pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da*

5 *liberdade e do progresso social, permitindo aos revolucionários traduzir em programas políticos sua fé na força emancipatória da aliança entre o intelectual educador e o proletário moderno. Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces*

10 *dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que*

15 *ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

(PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica:** de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 213.)

11. No primeiro período do texto, referindo-se aos séculos XVIII, XIX e ao começo do século XX, a autora

- (A) manifesta sua compreensão de que episódios antecipadores de novas ordens sociais derivam necessariamente de um entendimento dicotômico do mundo – os bons, defensores da liberdade, e os maus, seus inimigos.
- (B) desenvolve a idéia de que visões do mundo que implicam divisões rígidas entre defensores e inimigos da liberdade conduzem a projetos que convencem mais pela crença do que pelo exercício da razão.
- (C) assinala que os programas políticos dos revolucionários, que expressam a convicção de que a união entre o intelectual educador e o proletário moderno constitui um vetor de libertação, circularam em contexto que dava a impressão de supor o mundo dividido em dois blocos.
- (D) defende a idéia de que a visão do mundo como tensão entre forças opostas – a dos defensores e a dos inimigos da liberdade – é concepção desvirtuada, produzida pela proximidade de acontecimentos extraordinários que anteciparam novos rumos para a sociedade.
- (E) denuncia a irresponsabilidade de uma visão de mundo maniqueísta (de um lado os defensores da liberdade, de outro, seus inimigos), que, por sua inoperância, provoca a promessa de mundos mais justos, em que intelectuais e proletários formem uma aliança digna.

12. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

Observado o período acima e o contexto, é correto afirmar que

- (A) o emprego de *já* denota anterioridade da ação de “diagnosticar” em relação à ação de “atentar”.
- (B) a frase articulada em torno de *detectando* tem caráter hipotético.
- (C) a expressão *ainda hoje* contribui para exprimir a idéia de anacronismo.
- (D) as expressões *a busca intelectual do verdadeiro* e *a ação solidária* correspondem, respectivamente, a *utopia* e *lógica dos fatos*.
- (E) os dois-pontos poderiam dar lugar, sem comprometimento da correção e do sentido originais, à formulação destacada em: “... a lógica dos fatos, a **saber**, até que ponto...”.

13. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas...*

No fragmento acima, sempre considerado o contexto,

- (A) *Contudo* tem o mesmo valor que a expressão destacada em “Ele não veio, **ainda assim** foi-lhe feita a homenagem programada”.
- (B) o emprego de *próprias* fortalece o seguinte entendimento: não seria de se esperar que novas formas de manipulação e domínio adviessem das revoluções democráticas.
- (C) se a frase *embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé* for substituída por “se, por acaso, não abalasse os alicerces dessa fé”, o sentido original ficará mantido.
- (D) *seu* remete a *proletário moderno*, termo da oração imediatamente anterior.
- (E) *emersas*, considerada em relação à palavra “imersas”, pode servir de exemplo de palavra homônima homófona e homógrafa.

14. Passagens foram pontuadas de maneira distinta daquela encontrada no texto. O segmento alterado, indicado entre reticências, que está pontuado conforme a gramática normativa e que mantém o sentido original, é:

- (A) (linhas 2 e 3) ... *acontecimentos, que anunciavam a promessa de uma nova sociedade,...*
- (B) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores, e os inimigos da liberdade, e do progresso social...*
- (C) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente: o mundo entre os defensores; e os inimigos da liberdade e do progresso social...*
- (D) (linha 6) ... *traduzir, em programas políticos, sua fé...*
- (E) (linhas 7 e 8) ... *força emancipatória da aliança, entre o intelectual educador, e, o proletário moderno...*

15. Transpondo a frase *os extraordinários acontecimentos pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da liberdade e do progresso social* para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:

- (A) parecia ser dividido.
- (B) pareciam ter sido divididos.
- (C) tinha sido dividido.
- (D) tinha parecido dividir.
- (E) pareciam dividirem.

16. Muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar instância particular /instância comum. O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência do seu papel. Às vezes, seus interesses pessoais podem correr o risco de prejuízo. Mas ele tem de ser um mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito institucional em que se dão as decisões; estas afetam o conjunto das pessoas.

O discurso acima está lógica, clara e corretamente organizado num único período assim:

(A) Muitos são os exemplos que elucidam a dificuldade de se harmonizar a instância particular com a comum, a exigir a tomada de consciência do homem que milita na esfera política acerca da necessidade de sua atuação como mediador entre os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que se tomam decisões para o conjunto da sociedade, ainda que, em certas circunstâncias, seus interesses pessoais possam correr o risco de ser prejudicados.

(B) Visto que muitos exemplos elucidam como é difícil harmonizar a instância particular e a comum, o homem militante está na hora de tomar consciência do seu papel político, quando corre o risco, às vezes, de ter interesses pessoais prejudicados, mas deve ser o mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito em que as decisões coletivas são tomadas, que afetam a todos.

(C) O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência – considerado que muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar entre si as instâncias particular e a comum: seu papel é daquele que media os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que as decisões são tomadas, vindo a afetar o conjunto das pessoas e, porventura, o seu próprio interesse pessoal.

(D) É difícil, e há exemplos disso, de que o particular e o comum raramente se harmonizam, mas, mesmo correndo riscos de ter interesses pessoais prejudicados, o homem que milita na esfera política tem de conscientizar de que seu papel é mediar interesses entre os anseios das distintas camadas da sociedade com o âmbito institucional em que as decisões em plano de nação são tomadas.

(E) Muitas vezes o homem que milita na esfera política conhece a dificuldade de harmonizar a instância particular e a comum, e muitos exemplos há disso, mas é chegada a hora de se tomar consciência do papel do político como mediador dos anseios das diferentes camadas da sociedade frente às instituições em cujo o âmbito tomam-se decisões que afetam toda a sociedade e talvez os interesses pessoais dele.

<p>17. A frase que está clara e totalmente conforme a norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) Estar atento é o dever da humanidade, no sentido de que o descuido com a liberdade pessoal e coletiva não volte a existir e para que sistemas de organização não pareçam como uma receita para os povos.</p> <p>(B) Naquele curso, os preparadores se comportavam estabelecendo regras que, se forem seguidas, a pessoa se tornaria um bom profissional, modelo mesmo de atuação bem sucedida.</p> <p>(C) Sendo um dos mais preparados, se não o mais competente, começou dizendo que cada um dos que ali estavam tinha condições de chegar aonde quisesse, e que as metas pessoais poderiam ser manifestadas dali a pouco.</p> <p>(D) Em certos depoimentos é mostrado o como um cidadão não deve agir, e a análise entre um comportamento adequado e um considerado pouco eficaz deixa claro o que é melhor.</p> <p>(E) Apesar do homem não entender o motivo da presença do delegado, observou que ele nada notou nas pessoas ali presentes que pudessem levantar suspeitas.</p>	<p>20. Considerada a norma padrão da Língua Portuguesa, a frase que está totalmente correta é:</p> <p>(A) Não sei porque o uso dos porquês constitui entraves, visto que a grande maioria das gramáticas normativas contém explicações detalhadas sobre o assunto.</p> <p>(B) Vemos que a percepção de Vossa Senhoria vem de encontro à nossa, Senhor Ministro, e que também considera triste todas as situações relatadas, motivo por que reiteramos que pode contar com nós todos para enfrentar o desafio.</p> <p>(C) Visitam muitas comunidades as quais o passado é padrão para o presente e, nelas, se qualquer inovação contradizer os costumes instituídos há gerações, será imediatamente elidida.</p> <p>(D) A questão com que os estudiosos não souberam lidar tem a ver com a impressão que causaram nos habitantes da mata: a de que vinham para instruí-los a como viver bem.</p> <p>(E) A produção daquele grupo de nativos é 2 vezes superior da que se realiza pelos que vêm de fora e, se não advirem, por interferência dos mal-informados, restrições ao modo primitivo de tratar as fibras, essa proporção pode aumentar.</p>
<p>18. A frase em que a grafia e a acentuação estão em conformidade com as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) Ao se estender esse viez interpretativo, correm o risco de por tudo à perder, na medida em que será alterada a estratégia da pesquisa previamente adotada.</p> <p>(B) Sua pretensão ao consenso esvaiu-se quase que de repente, quando notou que entorno de si as pessoas mais pareciam descansar que dispostas à debates.</p> <p>(C) Tomou como ultrage a displicência com que foi recebido, advinhando que o mal-estar que impregnava o ambiente era mais que uma questão eminentemente pessoal.</p> <p>(D) Estava atrás de um acessório que o dispensasse de promover a limpeza do aparelho e sua conseqüente manutenção depois de cada utilização, mas não pôde achá-lo por alí.</p> <p>(E) Quando se considera a par do tema, ajuíza sem medo, mas, ao se compreender insipiente, pára tudo e pede aos especialistas que o catequizem no assunto para não passar por néscio.</p>	<p>21. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei. Com relação à posse é correto afirmar que</p> <p>(A) a posse ocorrerá no prazo de noventa dias contados da publicação do ato de provimento.</p> <p>(B) só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.</p> <p>(C) a posse não poderá ocorrer mediante qualquer tipo de procuração, tratando-se de um ato personalíssimo envolvendo a Administração Pública.</p> <p>(D) a posse e o exercício deverão ocorrer no prazo de cento e vinte dias contados da nomeação.</p> <p>(E) a posse em cargo público, em regra, não dependerá de prévia inspeção médica oficial, tratando-se esse ato de faculdade da administração pública.</p>
<p>19. A frase em que a concordância está totalmente conforme as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) A legalidade e a pertinência dos contratos, pelo menos agora, não é mesmo aferível, dado que no campo das relações lusas-latino-americanas deve haver muitos acordos sem registro.</p> <p>(B) Os diretores houveram por bem antecipar o anúncio das novas diretrizes, que deveriam passar a ser respeitadas imediatamente em quaisquer que fossem as áreas.</p> <p>(C) Foi irresistível a idéia, naquela ocasião, de se estipularem quais as ações solidárias mais úteis do ano e concluiu-se que não existe condições de acordo nesse particular.</p> <p>(D) É possível que surja, e não existem pessoas que defendam o contrário, opiniões divergentes de especialistas renomados, e devemos considerá-las com todo respeito.</p> <p>(E) Os alicerces teóricos do modelo em estudo pode ser encontrado em várias obras, de vários escritores, inclusive na de um chinês, já encontrada em língua portuguesa.</p>	<p>22. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC. A redistribuição ocorrerá <i>ex officio</i> para</p> <p>(A) ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.</p> <p>(B) ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, exceto nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.</p> <p>(C) apenas para ajustamento de lotação, mas facultado, os casos de extinção ou criação de órgão ou entidade.</p> <p>(D) apenas para ajustamento de lotação, mas facultado, os casos de reorganização de órgão ou entidade.</p> <p>(E) atender às necessidades dos serviços nas hipóteses de extinção ou criação de órgão ou entidade, desde que haja efetivo interesse da administração, e que não seja caso de reorganização de órgão ou entidade.</p>

<p>23. Segundo a Lei nº 8.112/90, o auxílio-moradia</p> <p>(A) continuará sendo pago por três meses no caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel.</p> <p>(B) consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia, no prazo de seis meses após a comprovação da despesa pelo servidor.</p> <p>(C) será concedido ao servidor público federal estável que preencher os requisitos legais, inclusive na hipótese de cônjuge ou companheiro do servidor ocupar imóvel funcional.</p> <p>(D) é limitado a cinquenta por cento do valor do cargo em comissão ocupado pelo servidor e não poderá ser superior a setenta por cento do valor do auxílio-moradia recebido por Ministro de Estado.</p> <p>(E) não será concedido por prazo superior a cinco anos dentro de cada período de oito anos, ainda que o servidor mude de cargo ou de Município de exercício do cargo.</p>	<p>27. A Constituição Federal Brasileira de 1988 proíbe a realização de qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, aos menores de</p> <p>(A) 12 anos.</p> <p>(B) 14 anos.</p> <p>(C) 16 anos.</p> <p>(D) 18 anos.</p> <p>(E) 21 anos.</p>
<p>24. Diego, funcionário público federal, foi demitido em razão de ter aplicado de forma irregular dinheiros públicos. Neste caso, Diego</p> <p>(A) não poderá retornar ao serviço público federal, pelo prazo de dez anos.</p> <p>(B) estará incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.</p> <p>(C) não poderá retornar ao serviço público federal, por expressa vedação legal.</p> <p>(D) estará incompatibilizado para nova investidura em cargo ou função pública federal, pelo prazo de quinze anos.</p> <p>(E) estará impedido de ocupar cargo ou função pública federal, pelo prazo de sete anos.</p>	<p>28. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de</p> <p>(A) dezesseis anos e facultativos para os analfabetos, maiores de quatorze anos e para os menores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p> <p>(B) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de sessenta e cinco anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p> <p>(C) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p> <p>(D) dezoito anos e facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.</p> <p>(E) vinte e um anos e facultativos para os analfabetos, maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.</p>
<p>25. Considere as seguintes assertivas a respeito das responsabilidades:</p> <p>I. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.</p> <p>II. Não há responsabilidade civil decorrente de ato omissivo culposo, independentemente de resultar em prejuízo ao erário ou a terceiros.</p> <p>III. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.</p> <p>IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>29. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no</p> <p>(A) mínimo, cinco juízes, dentre brasileiros, com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.</p> <p>(B) mínimo, sete juízes, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>(C) máximo, sete juízes, dentre brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>(D) máximo, nove juízes, dentre brasileiros natos, com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade.</p> <p>(E) máximo, onze juízes, dentre brasileiros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.</p>
<p>26. É cargo privativo de brasileiro nato o de</p> <p>(A) Senador.</p> <p>(B) Ministro da Fazenda.</p> <p>(C) Presidente do Banco Central do Brasil.</p> <p>(D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) Presidente da Câmara dos Deputados.</p>	<p>30. Quanto as funções essenciais à Justiça estabelecidas na Constituição Federal, considere:</p> <p>I. Ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.</p> <p>II. O Conselho Nacional do Ministério Público tem como seu presidente o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>III. O Chefe do Ministério Público nos Estados é o Defensor Público-Geral, escolhido, em lista tríplice pelas Assembléias Legislativas.</p> <p>IV. O Membro do Ministério Público adquirirá a vitaliciedade, após quatro anos de exercício.</p> <p>V. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e V.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) III, IV e V.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e V.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Na organização dos documentos de arquivo, constitui medida coerente com o princípio da proveniência levar em conta

(A) os remetentes da correspondência recebida.
 (B) os temas e assuntos tratados.
 (C) as espécies e tipos mais freqüentes.
 (D) a competência e as atividades do órgão produtor.
 (E) o gênero, o formato e os suportes.

32. A renomada arquivista Luciana Duranti, da Universidade de British Columbia, no Canadá, reconhece na Diplomática a ciência que, tendo sido originalmente desenvolvida para determinar a autenticidade de certos diplomas, acabou por implementar um sistema sofisticado de idéias sobre a natureza dos documentos de arquivo, sua gênese e composição, seu contexto organizacional, social e jurídico. E estabelece um paralelo entre a Diplomática, que examina os documentos como entidades individuais, e a Arquivologia, que os considera como

(A) extensões.
 (B) agregações.
 (C) subordinações.
 (D) parcelas.
 (E) dependências.

33. As instituições e organismos dependentes de uma administração superior constituem fundos de arquivo próprios ou fazem parte integrante da entidade a que se subordinam? Para responder a essa pergunta, o arquivista francês Michel Duchein diz haver duas posições distintas: a maximalista, que define o fundo pelo mais alto nível; e a minimalista, que o reduz à menor unidade funcional possível. Estabelece, no entanto, alguns critérios que nos ajudam a caracterizá-lo, como, por exemplo,

(A) a ausência de atribuições e normas de funcionamento precisas e estáveis.
 (B) a estreita dependência em relação ao poder decisório de organismo hierarquicamente superior.
 (C) o enorme volume da massa documental produzida e acumulada.
 (D) a autonomia para protocolar processos e estabelecer seu fluxo interno.
 (E) a existência de personalidade jurídica própria, resultante de ato legal.

34. Considera-se fechado o fundo

(A) ao qual não são acrescentados novos documentos, em virtude da supressão da unidade produtora.
 (B) que aceita documentos provenientes do arquivo intermediário, de acordo com tabela de temporalidade.
 (C) cuja eliminação foi recomendada no processo de avaliação, depois de microfilmados os documentos originais.
 (D) que preserva documentos reservados e sigilosos, não acessíveis ao público.
 (E) que recebe sistematicamente novos documentos, em razão de convênio firmado com a unidade produtora.

35. Uma instituição adota o método dígito-terminal para classificar os prontuários de seus servidores:

- 1) 001.299 – Hilary Jenkinson
- 2) 032.699 – Eugenio Casanova
- 3) 129.129 – T.R. Schellenberg
- 4) 159.544 – Luciana Duranti
- 5) 305.218 – Angelika Menne-Haritz
- 6) 306.818 – Bruno Delmas
- 7) 588.029 – Paola Carucci
- 8) 246.344 – Michel Duchein

A adequada ordenação de tais prontuários é:

- (A) 1, 2, 3, 4, 8, 5, 6, 7.
- (B) 5, 6, 7, 3, 8, 4, 1, 2.
- (C) 5, 6, 2, 1, 4, 8, 7, 3.
- (D) 7, 2, 6, 8, 4, 1, 5, 3.
- (E) 7, 2, 6, 8, 4, 5, 1, 3.

36. Só devem ingressar no arquivo permanente os documentos

- (A) correspondentes às atividades-fim da instituição.
- (B) em suporte de durabilidade comprovada.
- (C) que permaneceram 10 anos ou mais no arquivo intermediário.
- (D) indicados em pesquisa junto aos usuários.
- (E) liberados de restrições de acesso.

37. Para traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas na organização dos documentos, os arquivistas utilizam, em relação aos documentos de primeira e terceira idades, respectivamente,

- (A) a tabela de temporalidade e o plano de destinação.
- (B) a tabela de equivalência e o sistema de notação.
- (C) o fluxograma e o cronograma.
- (D) o plano de classificação e o quadro de arranjo.
- (E) o plano de armazenamento e o mapa topográfico.

38. Na descrição dos arquivos permanentes, os instrumentos de pesquisa voltados para a localização específica de unidades documentais são os

- (A) catálogos e índices.
- (B) guias e inventários.
- (C) guias e catálogos.
- (D) inventários e catálogos.
- (E) inventários e índices.

<p>39. Tradicionalmente considerado como suporte, o disco, entretanto, aparece no <i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i> (Arquivo Nacional, 2005) como exemplo de espécie documental, ao lado de ata, carta, decreto, memorando etc. No âmbito da documentação sonora, gênero para o qual o disco tem servido de suporte, seriam exemplos apropriados de espécie</p> <p>(A) o recibo e o relatório.</p> <p>(B) o prospecto e o projeto.</p> <p>(C) o <i>jingle</i> e o discurso.</p> <p>(D) a planta e o mapa.</p> <p>(E) a lei e o edital.</p>	<p>43. Um programa de gestão deve garantir as cinco qualidades essenciais do documentos de arquivo:</p> <p>(A) organicidade, unicidade, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade.</p> <p>(B) comutabilidade, indivisibilidade, organicidade, capilaridade e autenticidade.</p> <p>(C) autenticidade, complexidade, caducidade, organicidade e visibilidade.</p> <p>(D) condutividade, organicidade, autenticidade, compatibilidade e veracidade.</p> <p>(E) multiplicidade, organicidade, reprodutibilidade, autenticidade e associatividade.</p>
<p>40. No direito administrativo, costuma-se opor atos vinculados, para os quais existe prévia e objetiva tipificação legal, a atos discricionários, praticados com certa margem de liberdade de avaliação ou decisão. A abordagem diplomática dos documentos de arquivo, por analogia, estabelece a distinção entre os documentos formulares, com campos predeterminados a serem preenchidos, e os documentos</p> <p>(A) textuais ou bibliográficos.</p> <p>(B) icônicos ou iconográficos.</p> <p>(C) narrativos ou discursivos.</p> <p>(D) padronizados ou paradigmáticos.</p> <p>(E) autenticados ou fidedignos.</p>	<p>44. De acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o conjunto de procedimentos e operações referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária recebe o nome de</p> <p>(A) rede de arquivos.</p> <p>(B) sistema de arquivos.</p> <p>(C) sistema de informações.</p> <p>(D) gestão do conhecimento.</p> <p>(E) gestão de documentos.</p>
<p>41. Diapositivo, mapa de movimento, jaqueta, filme-matriz, fita magnética e relatório são exemplos de</p> <p>(A) forma, espécie, suporte, técnica de registro, formato e tipo.</p> <p>(B) invólucro, tipo, formato, suporte, forma e espécie.</p> <p>(C) gênero, formato, forma, suporte, técnica de registro e tipo.</p> <p>(D) formato, tipo, invólucro, forma, suporte e espécie.</p> <p>(E) tipo, espécie, forma, formato, suporte e gênero.</p>	<p>45. Um plano de classificação, segundo as características da instituição a que se aplica, deve levar em conta sua estrutura organizacional, isto é, o conjunto de</p> <p>(A) encargos desenvolvidos para o desempenho de competências que lhe são próprias.</p> <p>(B) ações desempenhadas por autoridades e servidores no cumprimento das competências de cada órgão a que estão subordinados.</p> <p>(C) unidades administrativas ligadas por relações de hierarquia e coordenação.</p> <p>(D) encargos desenvolvidos para auxiliar e viabilizar o desempenho de competências que lhe são próprias.</p> <p>(E) atividades conferidas legalmente aos órgãos e suas unidades para cumprimento de objetivos específicos.</p>
<p>42. É possível associar os documentos de arquivo a determinadas áreas de ação ou procedimentos, no âmbito de uma instituição pública ou privada. Nesse sentido, são documentos</p> <p>(A) executivos os que traduzem o controle e a fiscalização das estratégias de captação de recursos.</p> <p>(B) constitutivos os que criam, extinguem ou modificam o exercício do poder ou da autoridade.</p> <p>(C) de comunicação os que apresentam os encaminhamentos e resultados de deliberações tomadas em órgãos colegiados.</p> <p>(D) financeiros os que se referem ao <i>marketing</i> e à promoção de produtos e serviços específicos.</p> <p>(E) de reunião os que registram as diversas modalidades de interação com o público, interno e externo.</p>	<p>46. A opção pelo método funcional em detrimento do estrutural, na classificação dos documentos, oferece, entre outras vantagens, a de</p> <p>(A) ser de mais rápida e fácil aplicação.</p> <p>(B) lidar com categorias mais estáveis.</p> <p>(C) propiciar melhores soluções de acondicionamento.</p> <p>(D) impedir a quebra de sigilo.</p> <p>(E) respeitar os níveis hierárquicos da instituição.</p>

<p>47. De acordo com Johanna W. Smit e Nair Y. Kobashi (2003), <i>um tesouro funcional controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto). A sua construção partirá do plano de classificação e o reordenará.</i></p> <p>Entre as diferentes funções de um tesouro funcional, cita-se a de</p> <p>(A) permitir o mapeamento topográfico dos acervos. (B) evitar a duplicação de documentos. (C) servir de base para a elaboração de fluxogramas. (D) contribuir para a proteção de dados sigilosos. (E) operar como índice de termos do plano de classificação.</p>	<p>52. Luciana Duranti (1994) questiona a validade teórica do conceito de avaliação, no âmbito da ciência arquivística. Segundo a autora, a atribuição de valor utiliza como critério de julgamento o conteúdo, afetando arbitrariamente a integridade do conjunto arquivístico, no todo e em suas partes. A única postura admissível ocorre <i>quando a seleção é um dos mecanismos incorporados às rotinas e procedimentos que acompanham a criação, manutenção e uso dos documentos, e é baseada em sua funcionalidade e formas de acumulação.</i></p> <p>Nesse caso, por apoiar-se em fatores contextuais, o sentido do conjunto não é reduzido ou modificado, mas concentrado e reforçado. Tais considerações deslocam o objeto da avaliação</p> <p>(A) das partes para a totalidade dos documentos que integram o arquivo. (B) dos procedimentos para as formas de acumulação de documentos. (C) do conteúdo para o contexto de produção dos documentos. (D) dos valores primários para os valores secundários dos documentos. (E) do momento da criação para a fase em que os documentos são utilizados.</p>
<p>48. No decurso de uma ação administrativa ou judicial, um documento passa a agregar outros, mediante o procedimento inicial da</p> <p>(A) autuação. (B) apensação. (C) adjudicação. (D) assinatura. (E) anexação.</p>	<p>53. Dentre os instrumentos que legitimam a destruição de documentos, figura</p> <p>(A) o termo de eliminação. (B) a relação de recolhimento. (C) a cópia de segurança. (D) o inventário topográfico. (E) o termo de encerramento.</p>
<p>49. Dentre as rotinas de um serviço de protocolo inclui-se</p> <p>(A) escolher métodos de arquivamento para a documentação corrente. (B) lavrar certidões requisitadas por autoridades competentes. (C) separar a correspondência ostensiva da correspondência de caráter sigiloso. (D) restaurar papéis em mau estado de conservação. (E) controlar consultas e empréstimos de documentos.</p>	<p>54. O procedimento que permite, no processo de avaliação, selecionar documentos considerados representativos do conjunto a que pertencem é a</p> <p>(A) ampliação. (B) retenção. (C) redução. (D) amostragem. (E) coleção.</p>
<p>50. Os valores secundários dos documentos são também identificados como</p> <p>(A) instrumentais. (B) de gestão. (C) administrativos. (D) temporários. (E) mediatos.</p>	<p>55. Atividades como visitas guiadas, oficinas, exposições, concursos e jogos, mediante utilização de textos em linguagem acessível, têm sido incorporadas às rotinas das instituições arquivísticas, numa tentativa de aproximá-las de um público externo não-especializado, sobretudo de estudantes. Trata-se do chamado serviço de</p> <p>(A) referência. (B) apoio cultural. (C) reprografia. (D) documentação e memória. (E) consulta.</p>

<p>56. Para evitar a alienação de bens patrimoniais de seu interesse, o Estado tem precedência na compra de documentos submetidos a venda pública, mediante a aplicação do direito de</p> <p>(A) protesto. (B) impugnação. (C) suspensão. (D) reivindicação. (E) preempção.</p>	<p>61. De acordo com as <i>Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo</i> (Conselho Nacional de Arquivos, 2005), podem ser colocados juntos, na mesma área de depósito,</p> <p>(A) fotografias e desenhos. (B) manuscritos e impressos. (C) microfilmes e discos ópticos. (D) fitas sonoras e filmes de nitrato. (E) partituras musicais e discos de vinil.</p>
<p>57. O patrimônio arquivístico de uma nação é formado pelo conjunto de</p> <p>(A) arquivos de valor permanente, públicos ou privados, acumulados em seu território. (B) centros de documentação e arquivos acumulados em seu território. (C) documentos que tratam da história nacional, em instituições de custódia existentes dentro e fora de seu território. (D) museus, bibliotecas e arquivos acumulados em seu território. (E) arquivos públicos correntes, intermediários e permanentes acumulados em seu território.</p>	<p>62. Para obter condições ambientais propícias à preservação de documentos, é preciso</p> <p>(A) desligar os equipamentos de climatização durante a noite. (B) utilizar lâmpadas fluorescentes nas luminárias. (C) manter abertas as janelas no período da manhã. (D) evitar filtros, persianas ou cortinas que bloqueiem a luz solar. (E) monitorar a temperatura e a umidade relativa do ar.</p>
<p>58. No armazenamento descontínuo,</p> <p>(A) os documentos são compactados, de modo a propiciar economia máxima de espaço nos depósitos. (B) os documentos e seus respectivos invólucros repousam em posição perpendicular à da prateleira. (C) são deliberadamente reservados espaços, nas estantes, para a inserção sucessiva de novos documentos. (D) cada estante corresponde a um grupo e cada prateleira, a uma série documental. (E) os documentos e seus respectivos invólucros repousam em posição paralela à da prateleira.</p>	<p>63. Ao conjunto das propriedades materiais dos suportes que permitem a guarda indefinida dos documentos, sob determinadas condições de controle, dá-se o nome de</p> <p>(A) proteção de dados. (B) microfilmagem de conservação. (C) qualidade arquivística. (D) capacidade de retenção. (E) densidade informacional.</p>
<p>59. Quando os códigos de identificação das unidades de arquivamento de uma instituição arquivística são substituídos por outros, costuma-se elaborar</p> <p>(A) guia-foira. (B) quadro de arranjo. (C) livro de tomo. (D) plano de armazenamento. (E) tabela de equivalência.</p>	<p>64. O SIGAD – conjunto de procedimentos e operações técnicas realizadas por computador, mediante <i>softwares</i> específicos ou integrados – significa, de acordo com o Conselho Nacional de Arquivos,</p> <p>(A) Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos. (B) <i>Standard Informations and General Administration Development</i>. (C) Sistematização de Informações e Gerenciamento de Arquivos e Documentos. (D) Sistema Integrado de Gerenciamento e Administração de Documentos. (E) Sistema Internacional de Gestão de Arquivos Digitais.</p>
<p>60. A identificação das unidades de arquivamento, com o objetivo de permitir sua localização nos depósitos, é feita mediante</p> <p>(A) ordenação alfabética. (B) ordenação temática. (C) remissiva. (D) fichamento. (E) notação.</p>	<p>65. Mais do que medidas de autenticação digital, o melhor método para assegurar a autenticidade dos documentos eletrônicos envolve um rígido controle dos</p> <p>(A) <i>softwares</i>. (B) usuários. (C) equipamentos. (D) metadados. (E) operadores.</p>

66. Quando um documento múltiplo contém itens digitais e não-digitais diz-se que é
- (A) híbrido.
- (B) duplo.
- (C) bicéfalo.
- (D) composto.
- (E) misto.
-
67. As informações que permitem o rastreamento das intervenções efetuadas no sistema computacional ou no próprio documento digital configuram, em seu conjunto, a chamada
- (A) autenticação eletrônica.
- (B) criptografia simétrica.
- (C) migração de base.
- (D) autoridade certificadora.
- (E) trilha de auditoria.
-
68. As políticas brasileiras de acesso a documentos de arquivo enfrentam problemas decorrentes de direitos contraditórios:
- (A) *habeas data* e *habeas corpus*.
- (B) direito de preempção e direito de inspeção.
- (C) direito à informação e direito à privacidade.
- (D) direito civil e direito penal.
- (E) imprescritibilidade e inalienabilidade.
-
69. Segundo a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, os documentos de valor permanente, no âmbito dos arquivos públicos, são
- (A) tombados e classificados.
- (B) inalienáveis e imprescritíveis.
- (C) irrestritos e irrevogáveis.
- (D) inorgânicos e irreproduzíveis.
- (E) intensivos e múltiplos.
-
70. A Lei nº 8.159/91 estabelece que a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa de direito próprio, será determinada pelo
- (A) presidente da República.
- (B) Poder Legislativo.
- (C) chefe das Forças Armadas.
- (D) Poder Judiciário.
- (E) diretor do Arquivo Nacional.